

ATA Nº 11

Aos trinta dias do mês de abril do ano de **dois mil e dezanove**, pelas catorze horas, teve lugar, no **Auditório Dr. Jorge Gama**, nos **Paços do Concelho**, a **Sessão Ordinária** da Assembleia Municipal de Valença, com a **Ordem de Trabalhos que se segue**: _____

I – Período de Intervenção do Público	
II – Período de “Antes da Ordem do Dia”	
III – Período da “Ordem do Dia”, com os seguintes pontos:	
1º -	Apreciação da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal;
2º -	Relatório de Gestão e Contas 2018
3º	1ª Revisão ao Orçamento e Grande Opções do Plano 2019
4º	Conselho Municipal de Educação

O **Presidente da Assembleia Municipal**, **Sr. Alberto Luís de Oliveira Vilas**, após constatar a existência do necessário quórum deu início aos trabalhos, proferindo a habitual saudação protocolar e desejando um trabalho profícuo em prol de Valença. _____

Pela Mesa foi verificada a **substituição** de alguns Membros deste órgão que, através de declaração escrita, fizeram chegar ao Secretariado de Apoio e à Mesa da Assembleia. Assim, usando da faculdade que lhes é permitida pelo artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro na redação dada pelo Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, os Membros Srs. Paulo Jorge da Cunha Esteves; Inês Rita da Silva Ferreira; Jorge Moura Rodrigues; Luís Manuel Gomes de Amorim; Manuel António Soares Brito; Paulo Jorge Nobre Pacheco e foram **substituídos**, no exercício das suas funções pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem de precedência da respetiva lista, respetivamente, pelos Membros Srs. Fernando Aprício Gonlaves Fernandes; Fernando Vidal Lourenço; Lara Denise Lopes Rocha; Ana Cláudia Moreira; Manuel Soares Brito e Cristina Maria Vilas Rodrigues. Mais foram verificadas as **faltas** dos Membros Srs. Vasco Rodrigo Marques Severino, Cristóvão Amorim Pereira e Avelino António Oliveira Marinho, desde já consideradas justificadas pelo quórum existente. _____

Verificada a falta o 1º secretário assumiram funções de 1ª secretária Elisabete Viana e 2ª secretária Paula Natal. Tendo-se verificado também **substituições e faltas** a sessão contou com a presença dos seguintes Membros: _____

Alberto Luís Oliveira Vilas; Elisabete Lopes Frade Viana; Aurélia da Conceição Costa Correia; Paula Alexandra Melim dos Santos Natal; Ana Raquel Soares Sanches; Isabel Granjo Vaz; Fernando Aprício Gonlaves Fernandes; Fernando Vidal Lourenço; Lara Denise Lopes Rocha; Vitor Manuel da Costa Oliveira; Óscar Gabriel Pereira da Silva; Ana Margarida Garcia Tomé; José António Lopes Nogueira; Maria Benvinda de Oliveira Gonzalez; Manuel Álvaro Guimarães Gomes; Orlando Vasco da Cunha Oliveira; Ana Cláudia Gomes Moreira; Cláudia Sofia da Costa Narciso Labrujó; Jorge Manuel de Sousa Fagundes; Carlos Manuel Afonso Pereira; Manuel José Brito Soares; Rui Miguel Araújo Ferreira; António Lima Sousa; Francisco José Rodrigues Romeu; Cristina Maria Vilas Rodrigues; António Joaquim Dias; Manuel Alberto Alves de Barros; Maria Fernanda Esteves Sousa Ferreira e José Manuel

Para além dos membros da Assembleia Municipal, também estiveram presentes o **Sr. Presidente da Câmara Municipal, em exercício, Manuel Rodrigues Lopes que substituiu o Sr. Presidente, Jorge Manuel Salgueiro Mendes** até ao início da discussão do 2º ponto da ordem de trabalhos, assim como também estiveram presentes os **Srs. Vereadores, tendo a Sra. Lígia Pereira sido substituída pelo Sr. Vitor Veiga.** _____

I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal**, seguindo a ordem de trabalhos, deu a palavra ao público presente, contudo não se registaram intervenções. _____

II – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”

Dando início ao período de antes da ordem do dia, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao **Primeiro Secretário em exercício, Sra. Elisabete Viana** que, após as saudações protocolares dirigidas a todos os presentes, procedeu à leitura sumária do expediente recebido e expedido, no período compreendido entre 28 de fevereiro último e 29 de abril corrente, informando que a documentação se encontra à disposição dos Membros no dia da sessão e no secretariado de apoio, no Edifício dos Paços do Concelho.

Proseguindo, referiu que, na sequência da disponibilização dos projetos das **atas n.ºs 9 e 10** referentes às sessões do órgão realizadas nos dias vinte e oito de fevereiro último e vinte e nove de março findo, respetivamente, surgiram pequenas correções, as quais, achadas conformes, foram vertidas para as mesmas, pelo que, estando em condições, de as colocar a discussão, questionou da intenção de intervirem, tendo-se registado as intervenções do Sr. Dr. Nogueira para fazer algumas apreciações/correções. Termos em que foram colocadas a votação individualizada, tendo a **Assembleia Municipal**, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 57º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e sem prejuízo da sua prévia aprovação sob a forma de minuta, para os efeitos do disposto no n.º 4 do citado artigo, deliberado, **por maioria**, aprovar a **ata n.º 9**, referente à sessão ordinária realizada, no dia **28 de fevereiro de 2019**, num universo de 24 Membros, obteve 16 (dezassex) votos a favor e 1(um) voto contra, sendo que os restantes sete Membros Srs. Elisabete Viana, Álvaro Gomes, Manuel Soares, Fernando Apricio, Cristina Rodrigues, Fernando Vidal e Lara Rocha não tomaram parte na votação por não terem estado presentes nessa mesma sessão. Mais foi aprovado, **por maioria**, a **ata n.º 10**, referente à sessão extraordinária realizada, no dia **29 de março de 2019**, num universo de 23 Membros, obteve 16 (dezassex) votos a favor e 1(um) voto contra, sendo que os restantes seis Membros Srs. António Dias, Manuel Soares, Fernando Apricio, Cristina Rodrigues, Fernando Vidal e Lara Rocha não tomaram parte na votação não terem estado presentes nessa mesma sessão. _____

Declaração de voto do membro Sr. José Nogueira: - *“Votei contra por o conteúdo das atas revelar e padecer das habituais vicissitudes que tem vindo a ser apontadas por si, ou seja, parece um diário da sessão e de ata tem pouco. Como já o referi diversas vezes não participo em atas participativas apenas me pronuncio sobre as minhas intervenções que não espelham*

Seguidamente, foi entregue à Mesa o documento que se segue e que se transcreve: _____

- **Grupo Municipal do PS:** _____

- **Moção – Celebremos os valores de abril e a dignidade dos trabalhadores.**

Seguidamente, o Membro Sr. Ana Cláudia Moreira procedeu à leitura da recomendação **“Moção – Celebremos os valores de abril e a dignidade dos trabalhadores”** apresentada pelo PS, abaixo transcrita: _____

“Admito que a revelação seja uma utopia , mas no meu dia-a-dia procuro comportar-me como se ela fosse tangível. Continuo a pensar que devemos lutar onde exista opressão seja a que nível for.” Zeca Afonso

A construção do caminho iniciou-se há 45 anos. Agora e no futuro, é tempo não só de preservar, como expandir esse tão precioso legado que é a liberdade. Devemos refletir e consciencializar-nos de que todo e qualquer direito comporta, em si próprio, deveres. E por isso, é momento também de assumir que, mais do que direito de ser livres, temos esse dever. Temos o dever, em nome da dignidade da pessoa humana e do respeito pelos demais direitos humanos; bem como, claro, da memória de todos aqueles que saíram à rua naquele já tão longínquo abril, de pugnar por uma sociedade verdadeiramente livre e igual. E para tal, não basta consagrar legalmente direitos. É obrigação, constitucional, do Estado de direito democrático selar pelo efetivo acesso de todos os cidadãos a esses direitos., liberdades e garantias fundamentais, criando as condições e proporcionando os meios necessários a esse mesmo acesso. E estado somos todos nós. Portanto, é obrigação de todos nós, e sobretudo, daqueles que integram órgãos como este, dar o seu empenhado contributo à sociedade. _____

Abril trouxe-nos a possibilidade de usufruir da maior e mais eficaz arma de que o homem dispõe: o pensamento. Concedeu-nos a possibilidade de expressar livremente esse pensamento e de o concretizar. Por isso celebrar o 25 de Abril é muito mais do que exultar os valores em pequenas reflexões como esta. A celebração de abril deve ser diária, através do respeito pela dignidade da pessoa humana e da autodeterminação dos povos, pelo tratamento do que é igual de forma igual, e do que é diferente de forma diferente. Pelo exercício ao direito de voto quando convocados para tal, pela preservação e prosperidade dos sistemas nacionais de saúde, educação e pensões. Celebrar o 25 de Abril de 1974 é continuar dia após dia a construir a nossa terra da fraternidade, onde cada rosto haja igualdade. E não há fraternidade em terra na qual não se salvaguardem os direitos do trabalhador, não é possível comemorar o Dia da Liberdade sem celebrar igualmente o Dia do Trabalhador assinalado a 1 de maio. Mesmo durante o período ditatorial realizaram-se em Portugal greves e manifestações, apesar do clima de terror e repressão que se vivia, assalariados agrícolas, pescadores, corticeiros, telefonistas, bancários, trabalhadores da Carris, mantiveram o seu espírito reivindicativo e corajosamente saíram às ruas. É certo, claro, que a mais expressiva comemoração do dia do trabalhador chega apenas em maio de 1974, 8 dias após a Revolução dos Cravos. Ao longo da última década, fruto da profunda crise económica vivida e das estratégias económicas adotadas, os trabalhadores viram alguns dos seus direitos restringidos, tendo se gerado fortes ondas de indignação nos mais variados setores laborais. Todavia, não podemos esquecer que a base do sucesso de qualquer atividade são os seus trabalhadores e, por conseguinte, a salvaguarda dos seus direitos. Hoje, graças ao crescimento económico promovido nos últimos anos, assistimos já a um retrocesso dessa restrição e à reconquista de alguns e até à aquisição de novos direitos. É sumamente importante encontrar soluções conciliadoras que evitem o recurso ao exercício do direito à greve como forma de reivindicação, é preciso consciencializar o empregador por forma a que se ultrapasse a visão conservadora e sobretudo errónea de que o colaborador exemplar é aquele que mais horas trabalha. Satisfação, motivação e formação, são chaves para o sucesso das empresas em particular e do país em geral. Aos mais jovens, aos mais desalentados, aos mais desatentos, interessem-se, despertem para o mundo, para o país, sejam curiosos, sejam audazes, sejam reivindicativos como foram tantos e tantas em abril de 1974, de norte a sul, da esquerda à direita, sejam cidadãos conscientes, participativos, ativos. Não aceitem convites a sair, fiquem, persistam, acreditem e ajudem a construir uma nação cada vez mais livre, cada vez mais democrática, cada vez mais igual. Viva o 25 de Abril, viva o 1º de maio, viva Portugal”. _____

Terminada a leitura do documento apresentado à mesa e não tendo sido solicitado qualquer intervalo para análise do documento, foi o mesmo colocada a votação, tendo sido **aprovado num universo de 27 (vinte e sete) Membros.** _____

Seguidamente foi proposto um minuto de silencio pelo falecimento de familiares dos seguintes Membros

da Assembleia Municipal, assim como, foram apresentadas as mais sentidas condolências: _____

- Pela Sra Isabel de Oliveira Barros, mãe da Sra. Benvinda Gonzalez; _____

- Pelo Sr. Agostinho Oliveira Marinho, irmão do Sr. Avelino Marinho. _____

INTERVENÇÕES E INTERPELAÇÕES

Passando às **interpeleções ao Sr. Presidente da Câmara Municipal**, registaram-se as inscrições dos seguintes Membros Srs. Francisco Romeu, Manuel Barros, António Dias, Óscar Silva, José Nogueira, Paula Natal Aurélia Correia. _____

- O Membro **Sr. Francisco Romeu** após as habituais saudações, reforçou a urgência em se executar a obra na EN 101, devido aos acidentes rodoviários que nela ocorrem constantemente, como por exemplo os dos últimos dias. _____

– O Membro **Sr. Manuel Barros** após as habituais saudações, endereçou convite aos presentes para participarem nos Sabores Serranos que iriam decorrer na sua freguesia nos próximos dias 11 e 12 de maio. _____

– O Membro **Sr. António Dias** após as habituais saudações, solicitou informação sobre o ponto de situação da obra do Parque de Lazer, freguesia de São Pedro da Torre, uma vez que se encontra parada há algum tempo, assim como, o motivo pelo qual o executivo da freguesia não foi ouvido aquando da elaboração do respetivo projeto ou pelo menos na fase final, porque entendem existirem alguns erros crassos, sobre os quais já escreveram e ainda não obtiveram resposta, como por exemplo, a localização e a dimensão das casas de banho. Construção que entendem estar desgarrada no meio do terreno e que sendo parte do equipamento deveria estar numa das laterais do mesmo para maior campo de visão e estética. _____

Seguidamente, referiu que pelo Município, na pessoa do Sr. Eng. Azevedo, foi-lhe dito foram efetuados diversos contactos com a Infraestruturas de Portugal, por várias vias, acerca do escoamento de águas pluviais da EN 13 para a entrada para Chamosinhos. No entanto sem resposta e cansado de esperar, viu-se também na minha obrigação de contactar a Infraestruturas de Portugal que alegaram desconhecimento da situação e que inclusivamente não existia qualquer registo de contactos estabelecidos pelo Município. Documentação que se encontra na Junta de Freguesia caso alguém queira consultar. Atónito com a resposta das IP, fez o pedido para a primeira intervenção que acabou por ocorrer uns dias depois e no espaço de dois meses será feita uma intervenção de maior dimensão, segundo a própria IP. Não entendeu o que se passou com as comunicações entre o Município e a IP, o certo é que esta situação causou alguns transtornos aos residentes de São Pedro da Torre. _____

Por último, questionou para quando está prevista a travessia do saneamento que vem da Silva para a Rua das Carpinteiras, e se existirá ou não alguma estação de renovação. _____

- O Membro **Sr. Óscar Silva**, após as habituais saudações, referiu que ao nível da juventude deveria existir um órgão municipal, o Gabinete da Juventude. Está consagrado na lei n.º 8/2009 com as alterações

posteriormente introduzidas em 2012, que obriga os Municípios a implementar este órgão de extrema relevância para os jovens para a participação e para a definição das políticas para as áreas que lhes dizem diretamente respeito e para o fomento da participação cívica dos escalões etários mais jovens na política local. O Município de Valença não cumpriu a lei e continua desde 2009 sem constituir o mencionado conselho municipal, onde as associações e coletividades e juventudes com sede neste concelho teriam assento juntamente com os representantes dos órgãos do Município entre outras entidades. Termos em que perguntou ao Sr. Vice-Presidente se existiam desenvolvimentos neste campo e se há intenção por parte da autarquia em formalizar e colocar em efetivo funcionamento o supra citado conselho municipal. Abordou ainda a importância da limpeza da vegetação no nosso concelho. Nos últimos tempos verificou-se um crescimento descontrolado nas imediações do campo da feira e da Cidade Nova, cujo aspeto era um péssimo cartão de visita para o Concelho. Tem conhecimento de que a zona foi limpa estes últimos dias, contudo a manutenção da zona e de outras zonas do núcleo urbano deve ser feita com maior frequência para evitar o cenário desolador verificado nas últimas semanas, principalmente nesta zona que esteve praticamente votada ao abandono. _____

- O Membro **Sr. José Nogueira**, após as habituais saudações, mencionou a propósito de o Sr. Presidente da Assembleia Municipal ter autorizado um membro da ANAFRE a entregar aos Srs. Presidentes de Junta de Freguesia do Concelho uns coletes de proteção civil em plena sessão da Assembleia Municipal recordou-o que numa reunião da Comissão Permanente, a propósito de um tema similar foram unânimes em decidir que não era matéria para ser apresentada numa Assembleia Municipal. E depois obriga os Membros que cumprem o regimento a ausentarem-se da sala, quando não o tem que fazer. Para o efeito o Sr. Presidente da Mesa deveria ter convocado e conferenciado com os líderes parlamentares de forma a auscultar opiniões. A dignidade deste órgão não se compagina com o Sr. Presidente da Assembleia Municipal convocar uma sessão para uma determinada hora e dar-lhe início à hora que entender para esse género de permissões. O Sr. Presidente da Mesa deveria ser o espelho de todos os presentes e aquele que faz cumprir o regimento e não aquele que está constantemente a violá-lo. _____

- O Membro **Sra Paula Natal** após as habituais saudações, mencionou que já é hábito vir valorizar tudo o que se desenvolve em Valença a nível cultural e desportivo. Realizaram-se os Sabores da Lampreia e os Sabores da Aldeia com excelente adesão, assim como concertos musicais e peças de teatro nas instalações do CILV, com excelente qualidade dos espetáculos. A nível desportivo referiu vários atletas que se tem destacado nacionalmente e internacionalmente, como sendo o atleta de artes marciais, Rodrigo Alheira, neste momento na Rússia a representar Portugal e a atleta judoca, Joana Morgado, novamente convocada pela seleção nacional para um estágio. Mais, o Juvalença é o clube que mais títulos possui no concelho de Valença, ganhou o orçamento participativo jovem, para desporto inclusivo, importante para aquelas crianças cujo agregado familiar padece de dificuldades em suportar encargos com desporto mais caro. O Judo para além de ser um desporto excelente é um desporto que acolhe toda a agente. Por último, referiu-se também a renovação dos parques infantis. _____

- O Membro **Sra Aurélia Correia** após as habituais saudações, para referir os passeios realizados pela

CPCJ para todas as escolas do Concelho e ainda questionar o Sr. Vice – Presidente para quando está prevista a intervenção no passeio do Campo da Feira. _____

Seguidamente, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Sr. Vice - Presidente da Câmara Municipal para prestar os esclarecimentos que lhe foram solicitados. _____

O Sr. Vice - Presidente da Câmara Municipal, após as habituais saudações, começou por referir, em relação à intervenção do Membro Sr. Francisco Romeu, que lamentavelmente, nos últimos dias, a EN 101 foi palco de mais dois acidentes rodoviários trágicos. Sempre que há registo de sinistralidade em qualquer Estrada Nacional a atuação da IP reverte-se para a colocação de sinalização mais rigorosa, linhas contínuas e redução de velocidade. No que diz respeito à estrada EN 101 Valença-Monção, referiu que as obras estão programadas há vários anos, inclusivamente foi objeto de levantamento topográfico e colocada sinalização nas bermas, no entanto os anos passam e a obra não surge. Vão surgindo alguns remendos, que nada resolvem. Muitas vezes estão piores as Estradas Nacionais do que as próprias Estradas Camarárias. Em tempo de chuva o trânsito de pesados é o inimigo n.º 1 do asfalto, porque a degrada ainda mais. Há muita gente que faz a estrada Valença-Monção e que após meia-dúzia de dias de chuva o asfalto fica cravejado de buracos, para não falar nas bermas, que neste momento de asfalto nada têm, apenas vegetação, de difícil controle quando as condições climáticas nada abonam a favor. A IP prometeu que as obras iriam avançar. Adiantou que o traçado irá ser alvo de algumas alterações na zona de Friestas, vai ter uma rotunda, junto à entrada principal para Friestas, junto à fábrica de serração em Verdoejo, vai ter uma faixa de desaceleração e o desvio da faixa de rodagem da maior parte das paragens de autocarro. _____

Em relação ao convite formulado pelo Sr. Manuel Barros para o evento dos Sabores Serranos que irá decorrer em São Julião, espera que seja mais um sucesso à semelhança de anos anteriores. _____

Em relação à afirmação efetuada pelo Sr. António Dias da suposta falta de auscultação no que concerne à obra do Centro de Lazer, junto à casa mortuária, esclareceu-o que se trata de obra do executivo anterior, onde ele também fazia parte da Assembleia de Freguesia, e a projeto da obra foi submetido à Assembleia de Freguesia, pelo que considera que era o local e momento onde se deveria ter pronunciado porque, enquanto Membro, tinha voz ativa para discordar. Trata-se de uma obra orçada em 250.000,00€ + IVA e só está atrasada porque está localizada num pântano em que as condições climáticas não tem permitido o seu avanço. Relativamente ao entroncamento da estrada de Chamosinhos com a EN 13 informou que têm conhecimento e que foi fotografado para ser transmitido às Estradas de Portugal. Em relação à travessia na EN 13 para a Rua das Carpinteiras será preciso perfurá-la e fazer uma elevatória, cuja infraestruturas já estão colocadas. A freguesia da Silva já tem a conduta de saneamento, por bombagem e foi colocado o tubo de abastecimento de águas. Neste momento está ligada às Águas do Norte. _____

Seguidamente, em relação às questões colocadas pelo Sr. Óscar Silva, respondeu-lhe que o Conselho Municipal de Juventude brevemente será uma realidade. Quanto à limpeza da erva junto ao campo da feira e junto ao Continente, referiu que, em relação a este último, apenas foi cortada a vegetação em metade do jardim. A receção provisória da obra está marcada com a Sonae para o dia 9 do mês de maio e

como não está em condições de ser rececionada não o será. Algumas das árvores que lá estão, estão mortas, outras estão doentes, o piso de saibro-cimento colocado no passadiço ao longo do jardim está a desfazer-se e a rega do jardim não está completa. Portanto eles terão de cortar novamente o jardim e fazer a sua manutenção, assim como a manutenção de todo aquele espaço e só depois é que o Município estará em condições de rececionar provisoriamente a obra. Caso não sejam cumpridas todas as exigências do caderno de encargos o Município acionará as garantias, independentemente de quem seja a empresa a obra tem de ficar em condições. _____

Relativamente à intervenção da Sra. Paula Natal, referiu que valorizar Valença sempre foi um objetivo do atual executivo, dar visibilidade, atrair e melhorar as condições de vida aos Valencianos e aqueles que nos visitam. Aos atletas Valencianos que representam Portugal além-fronteiras, no desporto, na investigação, na ciência e em diversas áreas, levando o nome de Valença bem longe, os parabéns. _____

Relativamente à caminhada da CPCJ levada a efeito em todos os concelhos, reparou que hoje alguns Presidentes de Junta estão a acompanhar o evento virado para a juventude. Há 2 classes necessitadas, os mais novos e os mais velhos, porque os mais novos estão a vir ao mundo, aos quais se lhes deve proporcionar educação, que se traduz num investimento para criar futuro para o nosso concelho. Aos mais velhos, que trabalharam uma vida inteira, temos que lhes saber dar os fins de vida com dignidade.

Relativamente à intervenção nos passeios do campo da feira, todos têm conhecimento de que existe um problema com a parcela 10 do campo da feira. Tratou-se de uma aquisição que o Município fez com cerca de 16 herdeiros, tendo-se procedido ao registo. Posteriormente apareceu um outro herdeiro, que desconheciam existir, achou-se no direito de ser ressarcido da importância na mesma proporção que os outros herdeiros, no entanto faleceu e portanto o processo agora continua, mas com outro reclamante viúva e filha. _____

Prosseguindo, confirmou que os passeios e o piso do campo da feira estão em muito mau estado e a calçada à portuguesa torna-o intransitável. Ainda existe população a favor da calçada à portuguesa e que exige a sua reposição, opinião da qual também comunga. _____

Pelo membro **Sra Cláudia Labrujó** foi solicitado um esclarecimento, pelo que o Sr. Presidente da Assembleia lhe passou a palavra. _____

- O **Membro Sra Cláudia Labrujó** questionou se efetivamente o executivo deixou de ceder os transportes da Câmara às Associações /coletividades e passou a dar um subsidio/Km e em caso afirmativo, se abrange todas ou apenas para algumas e neste caso o motivo. Ora como os autocarros da Câmara têm o logótipo do Município e a identificação de Valença, tratava-se de um investimento na publicidade de Valença além-fronteiras. Mais a propósito de veículos, questionou o motivo de se encontrar um autocarro com o logótipo de Valença, do Município de Valença num *stand* em Vila Nova de Cerveira e num estado deplorável. Quem vê parece falta de zelo do Município de Valença. _____

Terminada a intervenção, foi **invocado o regimento** pelo **Membro Sr. José Nogueira**, ao qual o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra. _____

O **Membro Sr. José Nogueira** invocou o regimento para o seguinte: O Sr. Presidente da Mesa de acordo com o regimento devia ter interrompido a oradora que o antecedeu, porque se queria fazer esta pergunta que nada teve a ver com as questões antecedentes, devia-se ter inscrito. Não pode abusivamente pedir esclarecimentos ou fazer perguntas sobre temas que aqui não foram cuidados. Relembrou que esta Assembleia Municipal no período que é destinado à informação escrita do Sr. Presidente da Câmara, sempre teve o cuidado de deixar falar de outras questões relativas com o Município. Por outro lado, sentiu-se discriminado em relação à deputada do PCP, uma vez que a si não lhe foi permitido usar da palavra e foi interrompido. Independentemente de as questões terem sido pertinentes, considera que a intervenção deveria ser relegada para momento ulterior. _____

Perante a defesa da honra solicitada pelo Membro Sra. Cláudia Labrujó e a intervenção do Membro Sr. José Nogueira, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** esclareceu para que todos percebessem que a intervenção do membro da Assembleia Municipal Cláudia Labrujó foi no sentido de interpelar o Sr. Vice-Presidente da Câmara na questão relacionada com o apoio ou investimento, as ajudas, a colaboração com as coletividades. É daí que vem a questão do autocarro, é daí que vem o custo do transporte, quem paga, quem não paga. _____

Termos em que seguidamente, deu a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara para os esclarecimentos que entendesse necessários. _____

O **Sr. Vice-Presidente da Câmara** esclareceu a Sra Cláudia Labrujó no que diz respeito aos transportes, que o Município possui alguns autocarros, mas não tantos quantos necessários para os transportes que necessita, principalmente para as escolas. De forma a suprimir esta necessidade contrataram dois circuitos externos para completar o circuito escolares. Para além de não existirem veículos suficientes, as Associações/Coletividades geralmente solicitam transporte para os fins de semana, feriados, em dia de descanso normal dos motoristas, que originaria compensações obrigatórias no dia seguinte, e impedimento por parte do motorista de fazer o circuito da escola a que está afeto. Daí que optaram por a que as Coletividades/Associações contratem o autocarro externo e depois são ressarcidos pelo valor ao quilómetro percorrido. _____

Terminadas as interpelações políticas, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** informou deu início ao período da ordem do dia, concretamente à apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal. _____

III – PERÍODO DA “ ORDEM DO DIA ”

PONTO 1º - APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições ao 1º ponto da ordem do dia da agenda de trabalhos da presente sessão, tendo-se inscritos os Membros Srs. José Nogueira, Óscar Silva, António Dias, Cláudia Labrujó, Francisco Romeu, Fernanda Sousa, Aurélia Correia. _____

- O Membro **Sra. Cláudia Labrujó** solicitou informação acerca do desenvolvimento dos processos judiciais identificados nos números 1, 6 e 7. Relativamente à limpeza dos jardins, dos canteiros, etc., viu, no sábado passado, um elemento do PSD, que por acaso até exerce a função de advocacia, com a sua máquina de jardim a cortar vegetação, serviço que deveria ser executado pelos jardineiros do Município de Valença. Quanto aos eventos que têm acontecido este ano, mencionou que dos convites que lhe formularam apenas não pode estar presente em 2 para os quais se justificou com os responsáveis. Prosseguindo, questionou se iriam ser feitas as Maias e a promoção turística que está a ser feita para a divulgação das mesmas. _____

- O Membro **Sr. Francisco Romeu**, para solicitar apoio ao Município no sentido de analisar a informação que foi publicada no Decreto-Lei n.º 57/2019, 29 de abril que concretiza a transferência dos municípios para as freguesias, dado que entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação, e as Juntas de Freguesia têm de se pronunciar durante 60 dias e têm de convocar as respetivas assembleias. _____

-- O Membro **Sra. Fernanda Sousa** para voltar a referir que a requalificação da Rua da Escola Primária, Covo entre a Estrada Nacional 13 e a passagem de nível continua em elaboração de projeto. Já tinha tempo de estar a obra concluída. O mesmo verifica na Rua de Ervelho embora esta já possua projeto elaborado e da qual também não tem conhecimento da resolução do problema de alargamento da estrada. A Junta de Freguesia assumiu o compromisso de executar essas obras e também já manifestaram junto do executivo a vontade de colaborar para que esta obra da Escola Primária se execute. _____

- O Membro **Sr. José Nogueira** falou, mais uma vez, do regimento, porque há quem ache que as questões adjetivas, isto é, processuais ou regimentais, não têm interesse nenhum. Quem deixa passar algum tempo já não pode fazer valer os seus direitos. Existe um regimento que tem que ser conjugado com a Lei n.º 75/2013 e em certos aspetos com a 169/99. É evidente que não queria interromper a Cláudia Labrujó, uma vez que eram pertinentes todos os assuntos por ela levantados. Quando se convoca uma reunião da Assembleia tem de funcionar a não ser que ao fim de 30 minutos não houver o número legal de Membros. E não dá para dar abébias a outras pessoas para fazerem publicidade ou dizerem o que bem entendem. Isto não se compadece com a dignidade de uma Assembleia Municipal. Por outro lado, para além, da intervenção da Dra. Cláudia não ter nada a ver com as intervenções anteriores ou muito superficialmente, deveria ter-se inscrito porque o artigo 35.º que é o período antes da ordem do dia, diz que o período máximo antes da ordem do dia é de 1 hora, e diz aqui que relativamente às matérias da alínea d) intervenções políticas, interpelações orais ao Presidente da Câmara, se compagina a 25 minutos, tempo que o Sr. Presidente da Assembleia dividiu pelo número de pessoas inscritas. Portanto, ouviu dizer que a Dra Cláudia Labrujó podia ter utilizar o seu tempo no período da informação escrita para se expressar. Ora, quando o próprio recorre para o plenário o Sr. Presidente da Mesa não pode não submeter o seu recurso porque não é o dono desta assembleia. Ainda há leis em Portugal, isto não é o posso, quero e mando. Isto ainda não é aquilo que um autor alemão dizia: “*Deem-lhe um bocadinho de poder e transformar-se-ão em pequenos Hitlers*”. Não abdica dos direitos que a lei portuguesa lhe consagra se o Sr. Presidente insistir e persistir em não cumprir o regimento ou o que resta dele compaginado com a lei. _____

- O **Membro Sr. Óscar Silva** referiu que a importância da revolução de 25 de Abril de 1974 é um marco indelevelmente presente na memória coletiva nacional, tal como o Partido Socialista assumiu a moção que apresentou. E por isso num misto de tristeza e decepção que contemplaram a perpetuação da ausência de uma sessão solene, pública, comemorativa do 25 de Abril, a promover pelo município de Valença. Uma sessão que enaltescesse os valores de abril, porque o nosso município continua a apostar e bem em espetáculos musicais que recordam essencialmente repertório de Zeca Afonso, mas uma coisa não é indissociável da outra. Considera que uma sessão solene, onde os diferentes grupos municipais possam usufruir da liberdade de abril e usar da palavra, seria a homenagem ideal para a solenidade que tão marcante data da história da democracia e da história portuguesa, e os muitos que para a sua concretização contribuíram mereceriam, pelo que apelou para que diligenciem no sentido de já no próximo ano terem uma sessão solene condigna com a relevância que o 25 de Abril de 1974 tem e merece, contribuindo assim para o fortalecimento dos valores democráticos. _____

Seguidamente, alertou o Sr. Vice-Presidente para a existência de uma árvore caída no traçado da ecopista, perto do quilómetro 1, entrando aqui na zona do Lidl, no limite entre Valença e Ganfei, pode causar um acidente caso, por alguma razão, ela caia na pista. Trata-se de uma questão de segurança para os utentes da ecopista. _____

O **Membro Sra. Cláudia Labrujó** invocou a defesa da honra ao orador antecedente ao Sr. Óscar Silva, ao abrigo do 53.º, para voltar a esclarecer que invocou o regimento para indagar ao Sr. Vice – Presidente o motivo pelo qual as Associações não estavam a usufruir de transporte para passeios e saídas. _____

- O **Membro Sr. António Dias** frisou, na sequência da resposta obtida do Sr. Vice – Presidente em relação à obra que está a ser levada a efeito em S. Pedro da Torre, que o projeto não foi apresentado em assembleia de freguesia. Apenas falaram num terreno a adquirir ou parcela de um terreno para esse fim. Mais tarde, a situação foi esclarecida por um comunicado seu, com a cópia de uma ata, em que diz que o Município de Valença do Minho em 2011, por ordem judicial teria de construir em São Pedro da Torre um equipamento daquela natureza até um valor de 250.000,00€. Está a cumprir uma ordem judicial com 8 anos de atraso. E note-se que quando a obra começou, portanto no final do ano transato, já estavam a exercer há 1 ano e meio. Houve tempo mais do que útil de o Município os ouvir sobre a obra em questão. No que diz respeito aqui à informação escrita, em relação ao pontão para embarcações, teve a oportunidade de apresentar, há cerca de dois anos, um dos projetos que a Junta solicitou a uma empresa da área. Decorridos dois anos ainda está em preparação de empreitada, pelo que questionou da previsão de início da obra do parque desportivo e de lazer, apesar das contingências que possa haver pela sua localização, por ser um rio internacional. Por último, questionou se já existe uma posição acerca da obra do Largo dos Chamosinhos e a previsão e execução. _____

Terminadas as intervenções, foi dada a palavra ao Sr. **Vice-Presidente da Câmara** o qual informou o Membro Sra. Cláudia Labrujó que os autocarros para transporte de crianças, em função da lei em vigor, têm um tempo de vida curto. O autocarro de 52 lugares, praticamente novo, por ter idade não pode

circular com crianças, mais um constrangimento ao transporte dos alunos para as escolas. Disse há momentos que não é só a falta de veículos mas também de motoristas, ainda há poucos dias decorreu um concurso e quase ficava deserto, com certeza que o valor da remuneração não é apelativo, 600,00€/mês. Em relação ao número de autocarros que o Município possui referiu que para a quantidade de máquinas e camiões que possuem não tem motoristas. Não se trata de falta de vontade do Município, gostariam de prestar maior apoio, mas nem sempre os meios são os adequados. Continua sem perceber porque é que um autocarro nacional com poucos quilómetros e poucos anos não pode circular, mas importado pode. ___

Relativamente aos processos judiciais, designadamente ao numerado em um, o autor é o Município de Valença, referente ao encerramento do SAP. O processo seis, trata-se de uma herança ilíquida indivisa aberta por obra do Sr. José Luís Mota, está relacionado com outro processo que aí aparece com uma quantia ridícula de 148,71€. Em que o município quis ser ressarcido de uma intervenção que fez em São Pedro da Torre, de uns indivíduos que obstruíram o saneamento ao Sr. Vítor Chedas que construiu umas habitações. Desavenças de particulares. A família Mota achou-se no direito de invocar que o caminho era deles e decidiu meter uma ação em tribunal que entretanto já transitou e felizmente o Município teve razão. Sucede que a família Mota também tem telhados de vidro, porque das vezes que os representantes Município se deslocaram ao local verificaram a existência de uma série de construções ilegais, inclusive a casa de habitação e os anexos. Termos em que o Município também lhe moveu uma ação. O processo número sete refere-se à ação das frações do restaurante Zé Maria, do piso inferior que não estavam legalizadas, assim como, um processo entre vizinhos de condomínio. _____

As Maias, naturalmente que haverá Maias, Maias é uma imagem de marca já do concelho. Já estão algumas colocadas em diversos locais da fortaleza e outras serão colocadas até ao final do dia de hoje. As Maias construídas todos os anos com a colaboração das associações, das coletividades, dão muito trabalho e despesa, mas é uma atração para o turismo, tem o seu valor. _____

Relativamente à transferência de competências dos municípios para as freguesias, o Município sempre cumpriu com as suas obrigações em relação às freguesias. Também foi Presidente de Junta e já lá vai o tempo em que o Município não cumpria as suas obrigações com os seus Presidentes de Junta. O Município chegou a 31 de dezembro de 2018 e as contas com as Juntas de Freguesia estavam liquidadas na íntegra e, portanto, se as freguesias tiverem direito a receber mais verbas, serão ressarcidas. _____

No que concerne à requalificação da Rua da Escola Primária em Arão até à passagem de nível de Cristelo – Covo referiu tratar-se de uma empreitada de investimento avultado, porque para além da pavimentação, terá que ser alvo de novas infraestruturas para abastecimento de água e saneamento, contudo o Município está na disponibilidade de fazer uma parceria com a Junta de Freguesia para dividirem as despesas. A rua de Ervelho terá que ser infraestruturada de saneamento através da EN13 até à entrada da Quinta do Amorinho. O proprietário do terreno em frente à Repsol, ao longo da Estrada Nacional já cedeu uma faixa de terreno para fazerem o mencionado saneamento, na qual também será executado um passeio do lado oposto à Repsol por cima desse ramal de saneamento, com o objetivo de proporcionar maior segurança à população que por aí circula todos os dias e, seguidamente avançar com a empreitada da rua de Ervelho. Para o efeito terão que avançar para a expropriação de uma faixa de terreno no mínimo cerca

de 2m da quinta que está vedada a pastas de granito, para alargamento da rua e criação de condições a longo prazo de forma a que não seja necessário voltar a requalificar. _____

Quanto às comemorações do 25 de Abril de 1974, mencionou que é uma data histórica que deve ser lembrada e comemorada, mas não só, o 25 de novembro também é uma data que deveria ser invocada. Não é apologista da realização de uma Assembleia Extraordinária no 25 de Abril, onde mais nada se fazia para além de cada líder dos grupos proceder à leitura do seu discurso e distribuírem-se os cravos na Praça da República. O 25 de Abril merece mais. _____

Quanto à árvore caída na ecopista é da responsabilidade da Junta de Freguesia de Ganfei. As Juntas de Freguesia recebem uma verba para cuidarem as ecopistas, são responsáveis pelos quilómetros de ecopista que têm a seu cargo e neste caso em concreto a de Ganfei tem de limpar e cuidar até à casa da vigia, na Ponte Seca. _____

Seguidamente, mencionou que o projeto do Parque de Lazer, São Pedro da Torre custou 250.000,00€ + IVA, não houve incremento nos custos. Mais, quando foi referido que a obra iniciou há um ano não se deve esquecer que para que tal suceda existe todo um percurso com prazos estabelecidos por lei para cumprir e que toram o processo demorado, que vai desde a elaboração do projeto, caderno de encargos, programa de concurso, publicação de concurso público, período de análise decisão sobre as reclamações e decisão para adjudicação, preparação de todo o processo inerente à adjudicação. Mais se o projeto não foi submetido a decisão em reunião da Assembleia de Freguesia, deveria ter exigido, ao ter conhecimento, que o projeto fosse à consulta aos membros da Assembleia de Freguesia. Em relação ao pontão para embarcações, o mesmo obedece a pareceres de diversas entidades por estarmos num troço internacional do rio Minho, que pertence à Rede Natura 2000, desde a REN, a RAN e o ICNF e a Marinha. Quanto à Obra no Largo de Chamosinhos, mencionou que o Sr. Presidente da Câmara respondeu a um email do Sr. António Dias que o Largo está dependente da apreciação da Associação de Moradores de Chamosinhos, uma vez que estes queriam participar parte da obra. _____

Terminada a intervenção, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura da **segunda ronda**, tendo-se inscrito os Membros Srs. Óscar Silva e António Dias. _____

- O **Membro Sr. Óscar Silva** referiu que será sempre melhor uma sessão solene comemorativa do 25 de Abril do que celebrar essa data no dia 24 de abril ou então na nossa vizinha cidade de Tui. _____

- O **Membro Sr. António Dias** para mencionar que só se o *email* chegou hoje. De facto, teve uma conversa por telefone com o Sr. Presidente da Câmara que o pôs ao corrente dessa situação, contudo como não obteve resposta decidiu solicitar informação sobre o ponto da situação. Quanto ao pontão, compreende as dificuldades na obtenção de pareceres, contudo como verificou celeridade num projeto semelhante na freguesia de Ganfei, levou-o a questionar o motivo de não ter sido tão célere. Espera que não seja por ser de uma cor diferente ou por ser a sua terra. _____

Terminadas as intervenções, foi dada a palavra ao **Sr. Vice-Presidente da Câmara** que referiu que tem respeitado o princípio da igualdade nos apoios/obras às freguesias. O pontão que está colocado em

Ganfei é um pontão apenas para amarrações temporárias de barcos durante o dia, lazer, enquanto que o que vai ser colocado em São Pedro da Torre é um pontão para amarração de barcos de pesca profissionais, maior e com mais segurança, como o que está em Cristelo Covo. Seria de todo o interesse também fazer, ao mesmo tempo, o que está previsto para Valença, contudo não está numa fase tão adiantada como o de São Pedro da Torre. Portanto. Será um orgulho para a Junta de Freguesia, para o Município e para os pescadores de São Pedro da Torre terem um pontão com a qualidade que vão ter no futuro para amarração das suas embarcações. Quanto ao Largo de Chamosinhos, voltou a reforçar a sua resposta anterior. _____

Relativamente à celebração do 25 de abril, referiu que se deveria celebrar todos os dias, porque é graças a esta data que existe liberdade de expressão e de pensamento. Graças ao 25 de Abril que também se celebra o 24. _____

Finalizados os esclarecimentos, **a Assembleia Municipal** apreciou e tomou conhecimento da informação a que se refere a alínea c) do nº 2 do artº 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, com o resumo da situação financeira do Município no dia 31 de março de 2019, assim como, da listagem dos processos judiciais pendentes em 17 de abril corrente e o estado dos mesmos; do ponto de situação de empreitadas e projetos; dos compromissos plurianuais assumidos entre 01/01/2019 e 12/04/2019 e a listagem de apoio às freguesias entre 01/01/2018 e 31/12/2018. _____

Neste momento a sessão foi interrompida para um breve intervalo. _____

Retomados os trabalhos, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou que por decisão tomada em reunião de Comissão Permanente os pontos 2 e 3 iriam ser discutidos em conjunto e votados separadamente. _____

A partir deste momento assumiu funções de representante do Município, o **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, Jorge Manuel Salgueiro Mendes. _____

PONTO 2 - RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2018

Por deliberação da Câmara Municipal, tomada em sua reunião de dezoito de abril corrente, foram presentes os documentos de prestação de contas 2018. _____

PONTO 3 – 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2019

Por deliberação da Câmara Municipal, tomada em sua reunião de dezoito de abril corrente, foi presente a primeira revisão orçamental ao orçamento e grande opções do plano 2019. _____

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições ao ponto em apreço, tendo-se inscritos os Membros Srs. Óscar Silva, António Dias, Alberto Vilas. _____

- O **Membro Sr António Dias** após ter saudado o Sr. Presidente da Câmara Municipal referiu que teve a oportunidade de fazer um breve relatório sobre esta gestão das contas e uma análise um pouco transversal. Embora o passivo corrente, baixasse quase 750.000,00€ (setecentos e cinquenta mil euros),

os financiamentos de longo prazo aumentaram, e a parte da redução deve-se em parte à anulação do FAM, que é o Fundo de Apoio aos Municípios. Que essa redução andou na ordem dos 211.000,00€ (duzentos e onze mil euros). Por outro lado, a rubrica dos empréstimos deveria estar dividida para distinção entre os curto, médio e longo prazo, de forma a se ter a perceção do que o Município vai pagar no ano vindouro. Verificou a existência de um investimento da ordem dos 2.200.000,00€ (dois milhões e duzentos mil euros), que crê que será redirecionado para obras, que gostaria saber quais estão incluídas nessa verba, assim como também é importante perceber o papel que a InterMinho tem ou pode vir a ter neste orçamento. O capital da InterMinho anda na ordem dos 350.000,00€ (trezentos e cinquenta mil euros). Parece-lhe que não está a ser aplicado nesta matéria o método de equivalência patrimonial, a situação real da InterMinho e no seu reflexo ou não nestas contas não, uma vez que se de facto a InterMinho é detida pelo município e tiver uma variação negativa, terá impacto também nas contas do município. E como isso não se verifica, leva-me a crer que o método da equivalência patrimonial não está a ser aplicado. Chegou à conclusão que é alcançado o equilíbrio do POCAL em virtude da integração do saldo de gerência, que é legítimo, portanto, do exercício anterior juntamente com um empréstimo que foi obtido na ordem dos 700.000,00€ (setecentos mil euros) para financiar alguma obra. É importante também perceber se existem ou existirão um conjunto de edifícios públicos, do domínio privado, que não estão refletidos naquilo que são as contas do Município. E existirão outros tantos ou mais de situações de carácter de domínio público do município, como pode ser um largo, uma praceta e tudo mais, que também não estão ainda a ser tidos em conta naquilo que é, portanto, as contas do município. É importante que isto venha a acontecer o mais rápido possível, nomeadamente aquilo que tem a ver ou influencia também com o domínio privado. Porque todas aquelas amortizações que possam vir a ser geradas por esta via têm um efeito ou podem ter um efeito inverso, portanto afetar as contas do próprio município. E por outra via importa saber, também, se de facto todas as faturas de empreitadas ou de outros serviços de alguma dimensão, tem o princípio da especialização ou se são registados no ano competente ou se transitam, algumas delas, para o ano vindouro. Ora bem, isto remete-o a fazer uma análise comparativa com aquilo que é ou que foi também o passado, tendo enunciado alguns indicadores daquilo que é no fundo a demonstração de resultados, num hiato de tempo que tem a ver com 2009-2018. Consegue-se perceber que neste período em questão o passivo total do município aumenta na ordem dos 3.000.000,00€ (três milhões de euros). Está disponível para depois em sede própria, em momento próprio, todo se reunirem e falarem sobre se alguma informação não estiver inteiramente explícita de um lado ou do outro. As dívidas de médio, longo prazo, de facto caíram na ordem dos 400.000,00€ (quatrocentos mil euros) em nove anos, o que apesar de ser importante, não é relevante. As dívidas de curto prazo diminuíram de 6,5 para 1,6, colmatadas por outra via, que são as vendas, nesta caso a água que passou de 0,44 para 0,90, o saneamento de 0,08 para 0,28, os resíduos sólidos, enfim, e outros afins. Fornecimentos de serviços externos, houve um aumento de 4,7 em 2009 para 4,8 em 2018, custo com pessoal houve de facto uma redução, de 5,2 em 2009, 5,1 para 2018, redução colmatada pelo aumento dos serviços de fornecimento e serviços externos, resultado que tecnicamente é zero, não houve uma redução efetiva. _____

Todos têm interesse que o município tenha as melhores das contas, independentemente de quem o

presida, e não se vislumbra nenhum milagre, neste hiato de tempo, como foi e é apregoado nas redes sociais. Conseguem verificar, portanto, que este discurso que às vezes até parece propaganda política, portanto não é tão simples como aquilo que se apresenta. Se a dívida de curto prazo diminuiu 4.900.000,00€ (quatro milhões e novecentos mil euros) face a 2009, também em 2010 foram recebidos dividendos por parte, já deste executivo, relativo a subsídios que tinham sido atribuídos anteriormente. Frisou que o executivo, anterior, do Partido Socialista, deixou por receber e cobrar, 5.180.000,00€ (cinco milhões cento e oitenta mil euros) em subsídios. Como podem ver as coisas no tempo elas equilibram-se. Se olharmos, portanto então aqui para esta situação faz com que exista uma redução líquida das dívidas a curto-prazo, na ordem de facto de 1.900.000,00€ (um milhão e novecentos mil euros), que também tem ser dito. Quanto à redução dos custos de pessoal acaba por ser, portanto, anulada com a questão dos fornecimentos e serviços externos que há pouco fiz referência. Em suma, esta situação da margem positiva que o município alcança ao longo deste período vem de facto da venda dos serviços, como foi o caso da água, do saneamento e posteriormente nos resíduos. Sabem que o município ao longo destes anos não tem tido propriamente uma grande política naquilo que é o investimento em si, e naquilo que é a procura do desenvolvimento efetivo do município, porque se assim não fosse hoje a política no âmbito social no que diz respeito à fixação de pessoas estaria diferente e se calhar não existiria a dificuldade na mão de obra. Portanto é importante que se tenha presente que é de facto, por um lado, com o alcance, com 700.000,00€ (setecentos mil euros) de um financiamento, com o recorrer à incorporação de saldo de gerência, que é legítimo, do ano anterior, e com esta venda de serviços que o município, portanto, ano após ano andará aqui numa receita mais ou menos de 1.000.000,00€ (um milhão de euros) ano após ano, em que vai incorporando. Desta forma o Município consegue o seu equilíbrio das contas, mas não é nenhum milagre, não é uma proeza de grande dimensão, são puros atos de gestão corrente. _____

- O **Membro Sr. Óscar Silva** referiu que não discutiria a forma do relatório de gestão e contas 2018 do Município de Valença, que se encontra bem redigido e explícito, num processo certamente trabalhoso do Departamento Financeiro do Município, e com a certificação legal do revisor oficial de contas, mas que se iria debruçar essencialmente nas opções políticas assumidas pelo Sr. Presidente e pelo executivo neste documento e que de certa forma se refletem nos dados contabilísticos apresentados. _____

Na nota introdutória do relatório, o Sr. Presidente da Câmara realça que com o sentido de dever cumprido e com toda a humildade considera que 2018 foi um ano fundamental para o lançamento de alavancas estratégicas, vitais para o futuro de Valença no máximo sentido de construir um concelho melhor para viver, visitar e investir, no entanto verifica-se que, no acesso a um estudo da Bloom Consulting Portugal City Brand Ranking, que avalia parâmetros como os negócios, visitar ou viver em Valença surge apenas na 36º posição na região norte, e na 100º posição a nível nacional, tendo descido 9 posições relativamente ao ano anterior, e situando-se a nível distrital apenas na 6º posição, apesar de ser a 2º cidade do distrito. Revela-se uma contradição entre o que se pretende e o que se concretizou e desmente também aquilo que o Sr. Vice-Presidente afirmou há pouco, enquanto Presidente em exercício nesta sessão, sobre a projeção de Valença e as fantásticas condições que, segundo ele, existiriam para viver, visitar ou investir no nosso concelho. _____

Quanto aos dados orçamentais e financeiros, verifica-se que a despesa com pessoal ascende a 33% do total da despesa, executada a 95,9%. Na receita constatam que com a parceria multimunicipal com a Águas de Portugal se irá perder 56% da venda de bens e da prestação de serviços, dividindo-se da seguinte forma: 931.000,00€ (novecentos e trinta e um mil euros) na cobrança de água, sendo que em fornecimentos e serviços externos a despesa é de cerca de 436.000,00€ (quatrocentos e trinta e seis mil euros); 282.000,00€ (duzentos e oitenta e dois mil euros) na cobrança de saneamento, sendo que a despesa se cifra nos 529.000,00€ (quinhentos e vinte e nove mil euros); e 461.000,00€ (quatrocentos e sessenta e um mil euros) na cobrança de resíduos sólidos urbanos, sendo que a despesa com o depósito e tratamento desses resíduos é de 153.000,00€ (cento e cinquenta e três mil euros) mais 571.000,00€ (quinhentos e setenta e um mil euros) em subcontratos. Total de receita de 1.700.000,00€ (um milhão e setecentos mil euros) para um total de despesa de 1.690.000,00€ (um milhão seiscentos e noventa mil euros), sendo o valor obtido com a faturação dos serviços residual. Constataram também um aumento dos impostos sobre as transmissões onerosas, mas a verdade é que o licenciamento de obras e loteamentos, tem apenas 40% de execução. Nos serviços gerais da administração pública, questionou quais as medidas implementadas para corresponder efetivamente ao novo Regulamento Geral da Proteção de Dados, e para quando um verdadeiro portal online de serviço ao munícipe, onde se posso solicitar, submeter ou obter licenças, requerimentos ou outros documentos utilizados na relação do munícipe com o município. Na segurança e na ordem pública, num total de 256 ha, foram aprovadas ações de fogo controlado em apenas 54 ha, ou seja, em cerca de 25% do total. Depois surge um programa Eco Escolas com uma dotação de apenas 186,00€ (cento e oitenta e seis euros). Na rubrica de abertura de caminhos florestais, surge uma dotação de 0,00€. Na educação, neste documento foi assumido pelo Sr. Presidente da Câmara a ambição de ter gerações mais formadas e capacitadas, colocando a educação sempre como uma prioridade e como obra principal a requalificação da sede do agrupamento de escolas Muralhas do Minho, num total de 3.200.000,00€ (três milhões e duzentos mil euros), mas convém recordar que tem um financiamento comunitário de 85%, o município suporta apenas 15% desta despesa total, embora por vezes pareça haver uma propaganda como se este investimento fosse da responsabilidade exclusiva do município, enganando os mais incautos. Depois tem um apoio do Município ao Agrupamento de Escolas que é apenas 10% do valor disponibilizado para o transporte, e um apoio à ETAP que é apenas de 20% do valor investido também para o transporte dos alunos. Neste setor temos ainda dificuldades cada vez mais acentuadas no alojamento para estudantes do ensino superior, portanto urge uma residência universitária que tem rubrica, ou não sei se terá rubrica, mas não tem valor atribuído. Ação social, investiu 117.000,00€ (cento e dezassete mil euros), cerca de 10% do resultado líquido do exercício, ou seja, menos 12.600,00€ (doze mil e seiscentos euros) do que em 2017. Existem cerca de 34,6% de alunos carenciados no concelho, que significa o número absoluto de 80 jovens, mas foram atribuídas apenas 70 bolsas. Foram declaradas como habitações degradadas 4, mas apenas 2 foram alvo de requalificação. A CPCJ que na análise do orçamento é sempre realçada, tem uma dotação de 0,00€. O número de beneficiários do rendimento mínimo garantido e rendimento social de inserção, em percentagem de população no nosso concelho, é 2,1%, sendo que a média do distrito é de 1,6%, situando assim Valença

como um dos piores concelhos dos pais neste particular. E isto evidencia as dificuldades pelas quais muitos Valencianos passam, e a necessidade de mais e melhores políticas sociais, em vez do desinvestimento que assistimos em 2018. No ordenamento do território, o Sr. Presidente da Câmara assume um sentido de equidade no desenvolvimento de todas as freguesias do concelho, contudo ao analisarem os investimentos, verificam 1.100.000,00€ (um milhão e cem mil euros) investidos na requalificação do centro histórico, na 4ª fase, sendo que as verbas transferidas para o conjunto de todas as freguesias se cifrou em praticamente 50%, ou seja ficou-se pelos 528.000,00€ (quinhentos e vinte e oito mil euros) que configura uma desigualdade que vai contra a equidade ambicionada pelo executivo e por todos, que agrava o desfasamento do desenvolvimento entre o núcleo urbano do concelho e as freguesias rurais. Na cultura, um investimento de 346.000,00€ (trezentos e quarenta e seis mil euros) distribuídos pelas coletividades, 198.000,00€ (cento e noventa e oito mil euros), e no apoio às atividades culturais e recreativas, cerca de 141.000,00€ (cento e quarenta e um mil euros), ou seja, uma diminuição do investimento de cerca de 20.000,00€ (vinte mil euros), que vai em contraponto da necessidade de se criar uma imagem de marca que projete Valença nacional e internacionalmente no competitivo setor turístico. Quando há pouco ouviu referir alguns eventos em Valença como uma imagem de marca e pensa na recente feira do Alvarinho e do Fumeiro, ou por exemplo nas Feiras Novas, na Bienal de Cerveira, feira Medieval de Caminha ou no Art Vieira Fest, e tantas outras por esse distrito fora, fico sim elucidado naquilo que será um evento de forte projeção concelhia desses concelhos a nível regional, nacional e internacional, eventos de marca. Não diz que não tenhamos eventos que sejam de predominância mais local, para projetar as nossas coletividades, também para que as nossas coletividades mostrem o seu trabalho, mas para projetarmos a marca Valença internacionalmente precisasse de ir muito além. Na economia, turismo, comércio e indústria, o Sr. Presidente da Câmara enuncia a atração de investimentos gerador de riqueza, novas dinâmicas económicas, e mais emprego. Mas a verdade é que os dados do INE arrasam esta frase, porque Valença apresenta um saldo negativo no balanço exportações, importações de cerca de 32.000.000,00€ (trinta e dois milhões de euros), e o rendimento *per capita* dos Valencianos é apenas o quarto do distrito, cifrando-se nos 12.735,00€ (doze milhões e setecentos e trinta e cinco mil euros) anuais, estando a mais de 4.000,00€ (quatro mil euros) de distância daquilo que é a média nacional. Na execução anual das grandes opções do plano, a rubrica associativismo, juventude e empreendedorismo, a dotação é de 0,00€, o que o levou a questionou se é esta aposta na juventude que Valença necessita, e os jovens Valencianos merecem, porque apesar de as palavras do Sr. Vice-Presidente de há pouco terem sido muitas bonitas sobre aquilo que são os jovens Valencianos, convém agir em conformidade, e o executivo municipal não tem feito neste particular. Portanto por todo o exposto o Grupo Municipal do PS não se revê nesta sucessiva prática política avulsa, desprovida de uma visão estratégica, orientada para o desenvolvimento do nosso território e, portanto, votaremos contra o relatório de gestão e contas 2018 do Município de Valença. _____

Relativamente à primeira revisão orçamento e grandes opções do plano, aquilo que está em causa nesta revisão será um valor de cerca 6% ou 7% do valor total do orçamento total aprovado para 2019, e esta retificação visará, tal como já sucedeu no ano anterior, aproveitar o saldo de gerência para financiar

projetos que entretanto foram surgindo, o que demonstra também de certa forma a incapacidade do município em delinear uma estratégia e precaver-se para aquando do orçamento já saber os investimentos necessários para o concelho e a forma como os financiar. Voltam a dar razão ao PS, quando defendem a necessidade de ter um gabinete de apoio aos projetos e candidaturas para evitar este tipo de manobra contabilística, que seria dispensável se houvesse um planeamento mais rigoroso e mais estratégico. Portanto, tendo em conta o referido, o grupo municipal do PS, votará também contra a primeira revisão do orçamento municipal para 2019, à semelhança da posição assumida no orçamento. _____

- **O Membro Sr. Alberto Vilas** referiu que o rigor, precisão, controlo e visão estratégica e de resultados na aplicação dos dinheiros públicos tem sido sempre a máxima e transversal a todas as áreas de ação municipal. O ano 2018 terminou com o saldo de gerência de 1.266.000,00€ (um milhão duzentos e sessenta e seis mil euros), saldo de gerência que é a diferença entre aquilo que se paga e aquilo que se recebe, ou seja, recebeu-se mais do que aquilo que se pagou. Apostou-se na educação, na ação social, no ordenamento do território, no abastecimento de águas e saneamento, na cultura, no desporto, no turismo, no comércio e na indústria. O Parque Industrial de Valença, a atividade industrial de Valença existe, está constantemente em crescimento. Os investimentos que foram feitos no ano passado e que estão vertidos nesta conta de gerência que não é o verter de uma estratégia, porque o documento estratégico é efetivamente o orçamento, é aí que estão definidas as ações que o município quer levar a cabo no próximo ano, no ano seguinte. A conta de gerência é o repositório, o documento onde se encaixa aquilo que foi feito ao longo do ano, o orçamento é o plano estratégico para o futuro, a conta de gerência é o somatório daquilo que foram os movimentos financeiros e contabilísticos que foram feitos ao longo de 1 ano. Portanto quando se vota contra as contas deve-se indicar as verbas que não estão perfeitamente alocadas. O parecer do Revisor Oficial de Contas menciona estarem perfeitamente elaboradas e sem qualquer apontamento ou indicação. A conta é um documento técnico, não é um documento político, o documento político é por princípio o orçamento e as grandes opções do plano, que se pode discutir e é legítimo votar contra porque naturalmente haverá opções diferentes. Mas o que é facto e aqui ainda não foi dito que o município de Valença paga as suas contas em 38 dias, assim como, também, não foi dito que tem uma capacidade de endividamento de 12.000.000,00€ (doze milhões de euros) e que 64% dessa possibilidade que ainda não foi utilizada. Quando se fazem análises aos valores anteriores, dever-se-á ter a visão mais ampla e deve ver da direita à esquerda, não pode ver só uma parte do panorama. Quando se diz que no início do mandato do Jorge Mendes, existiam 5.000.000,00€ (cinco milhões de euros) para receber, também era preciso dizer qual era a capacidade de endividamento que esse município tinha na altura, praticamente zero. Portanto estava esgotada essa possibilidade. A diminuição dos empréstimos tem acontecido. As contas apresentadas refletem aquilo que foi feito ao longo de 1 ano e quando se vem dizer que Valença não é boa para se viver, que Valença não serve para investir nem para ser visitada porque está numa posição baixa num *ranking*, que todos sabem como é que são elaborados, devem fazer o exercício de valorizar a nossa terra, tudo o que se concluir é positivo. Não se compreende que votem contra a transferência do saldo de gerência para a atividade normal, não faz sentido pelo facto de se ter votado contra o orçamento, esse sim é o documento estratégico e faz sentido que se vote contra se há

outra opção, mas depois do orçamento ser aprovado de uma forma democrática, clara, como é numa Assembleia Municipal, passa a ser o orçamento de todos, passa a ser o orçamento do Município de Valença. _____

Terminadas as intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara** o qual, após as habituais saudações, justificou a sua ausência desde o início da sessão até ao momento, com a presença no Instituto Politécnico de Viana do Castelo para a eleição do respetivo Presidente. Tem a certeza que o Presidente em exercício, o Sr. Vereador Manuel Lopes esteve à altura das funções que assumiu, sinal de completa transparência em relação aos assuntos do município, assim como qualquer vereador está à altura de o substituir. _____

No que concerne às contas, referiu que foram elaboradas tecnicamente pelos serviços financeiros do Município, nas quais os membros do executivo não tem nenhuma influência. O executivo apenas decide o momento certo para avançar com as despesas, mas a partir do momento em que o ato administrativo começa a decorrer, desde a contratação de serviços ao respetivo pagamento, apenas passa pelas mãos dos técnicos para o procedimento administrativo-financeiro. Chegado o Final do ano as contas são fechadas pela Divisão Financeira com aquilo que estiver no momento. Na maioria das Câmaras deste país, as faturas dão entrada no sistema online e o apuramento do prazo de pagamento é feito pela DGAL, que no caso de Valença, apurou que está a pagar a 38 dias, trata-se da boa gestão financeira. Existem algumas empresas que divergem o valor da faturação em função do prazo de pagamento. Realmente, o Município apresentou, no final do ano, maior liquidez, porque a obra da EB 2,3 não arrancou nos prazos que estavam previstos, o que lhes permitiu antecipar alguns pagamentos. Não se devem esquecer que o orçamento a que dizem respeito estas contas foi aprovado numa reunião de Câmara realizada em outubro de 2017, sem saber ainda o orçamento de Estado. Tiveram durante o ano de 2018 atrasos brutais do Portugal 2020 e do Norte 2020, o processo de descentralização, que era para começar em 2017, passou para 2018, e estamos em meados de 2019 num contexto de muita ambiguidade, o que é facto é que foi executado um orçamento e conseguiram uma execução muito próxima dos 90%, o que quer dizer que as previsões que efetuámos, com esta distância, tiveram correspondência com a realidade. _____

Neste momento o resumo de tesouraria apresenta um saldo de disponibilidades de 2.391.000,00€ (dois milhões trezentos e noventa e um mil euros), dos quais cativos 1.200.000,00€ (um milhão e duzentos mil euros) para intervenções na rede viária. Todos os anos refere que no orçamento existe financiamento definido e não definido, e deste último há uma parte que é suportada pelo saldo de gerência. A elaboração do orçamento obedece a algumas regras, despesas correntes, receitas correntes, uma série de equilíbrios. O saldo de gerência é utilizado para manter os equilíbrios e mais tarde poder ser incorporado na atividade corrente do ano subsequente. E, portanto, apesar do contexto em que trabalharam em 2018, continuam a apresentar um orçamento rigoroso, flexível e estável, com respeito pelos equilíbrios económico-financeiros. Alguns dos projetos com os quais se comprometeram, dado o seu impacto financeiro pressupõe 50% da verba dos investimentos, designadamente na 4ª fase da Fortaleza, 2.000.000,00€ (dois milhões de euros), dos quais 500.000,00€ (quinhentos mil euros) são suportados com fundos da autarquia (no seu global nove milhões de euros de investimento para um monumento que é património do Estado).

O mesmo sucedeu com a empreitada de Requalificação e Modernização da Escola EB 2.3 do Agrupamento, na qual o Governo comparticipa com 170.000,00€ (cento e setenta mil euros), obra que foi adjudicada por 3.200.000,00€ (três milhões de duzentos euros) e comparticipada com fundos europeus em 1.700.000,00€ (um milhão e setecentos mil euros), sendo a restante verba do fundo próprio do Município. Em suma, são obras que exigem do Município grande esforço financeiro e que seja contido no lançamento de outras obras. Por outro lado, a verba do IMI, habitualmente transferida até ao dia 15 de maio, este ano, contudo, como o Governo quis apresentar boas contas durante o mês de maio, ignorou as dificuldades de tesouraria das autarquias alterando os prazos de pagamento do IMI de abril para maio e consequentemente só irão receber as verbas a partir de 15 de junho. Ora, as autarquias na eminência de indisponibilidade financeira para suprimir despesas, como por exemplo salários, e desde que possuam capacidade de endividamento serão obrigadas a recorrer a empréstimo de emergência. O Município de Valença felizmente possui capacidade de endividamento. Os serviços financeiros já têm indicação para preparar um empréstimo, para execução de obras necessárias. As contas de gerência são claras, o Município apenas possui empréstimos de médio e longo prazo, bem explícitos na folha do orçamento e nas contas de gerência. A taxa de execução é boa, o saldo de gerência de 1.276.000,00€ denota aumento da autonomia financeira municipal, com resultados líquidos do exercício e redução do passivo de curto prazo, mantendo o passivo de médio, longo prazo. _____

Seguidamente esclareceu os 3.000.000,00€ que há pouco foram mencionados pelo Sr. António Dias, são acréscimos e deferimentos, relacionados com o património, os fundos e as obras financiadas com fundos europeus, e que à medida que se vão amortizando, passam para o passivo. Responsabilidade do Município são dívidas a fornecedores e às Instituições Financeiras. Foi a forma jurídica ou contabilista que o Estado encontrou para justificar a verba, porque os bens construídos com fundos europeus são património se não perderem o financiamento. Em relação à liquidez, à solvabilidade e autonomia ainda têm que melhorar os indicadores. _____

Prosseguindo e em relação ao pessoal recordou que em 2017 aquando da discussão do orçamento, alguém no Partido Socialista, comentou que iria haver uma avalanche de novos funcionários para as novas competências, mas na prática só entram à medida das necessidades estritas do município. Decorrido todo este tempo verifica-se a existência de mais 2 funcionários. Nas escolas estão 102 funcionários, dos quais o Ministério da Educação apenas paga 51, sendo os restantes a expensas do Município, facto que deveria ser referenciado pelo Membros do Partido Socialista. _____

Relativamente à fixação da população em Valença, possuem uma política para fixar pessoas através dos incentivos fiscais, redução das taxas urbanísticas em 50%, para moradias familiares e para investimento industrial da zona industrial. Mais o Município de Valença atribuiu 70 bolsas de estudo e dúvida que muitos Municípios alcançam esta quantidade e valor. Quanto à rubrica da CPCJ, o Município recebe verbas do Ministério da Justiça. _____

Quanto à limpeza de mato e à afirmação de que apenas se fizeram 140 ha de fogo controlado, referiu que não foi possível fazer mais até outubro passado devido às altas temperaturas de Verão, tendo-lhe dado seguimento este ano e mais 400 ha. Estão a cumprir à risca a área dos fogos controlados. Nos estradões

florestais, o ano passado, como o inverno não foi muito rigoroso não foi necessário investir, mas este ano já fez falta e ainda faltam fazer uma série de intervenções na área florestal. A Quinta de Sanfins foi atravessada de um lado ao outro por estradões, bem como a envolvente toda da quinta, para futuramente proteger melhor todo o seu entorno. Como tal não se pode olhar para o orçamento de forma estanque, não se fez, devia-se ter feito, há sempre uma perspetiva de continuidade, e com certeza com a dinâmica que têm implementada atingirão os objetivos preconizados. _____

No que concerne à Interminho mencionou que em 2018 teve resultados negativos, mas, atualmente, tem bastante liquidez, proveniente da venda dos lotes e que não tem qualquer impacto líquido nas contas do Município. _____

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura da segunda ronda, tendo o Membro Sr. **José Nogueira** avocado o tempo do Membro Sr. António Dias. _____

- **O Membro Sr. José Nogueira mencionou que** revisor oficial de contas não apresenta quaisquer reservas ao relatório de gestão e contas e é visto por amostragem. Se este não vê o que está na génese do relatório de gestão e contas, não se pode pedir aos deputados municipais para verem tudo o que consta do relatório de gestão e contas, para o qual tem de estar alicerçados com documentos contabilísticos. O Sr. Presidente da Câmara esclareceu-os perfeitamente sobre o que é o relatório de gestão e contas relativo a 1 ano, é o que a Câmara quiser. E depois a título de exemplo, pelo Partido PSD tem sido dito que “*O Dr. Serra, Câmara Socialista, quando foi embora, deixou isto uma bandalheira e que nem sequer existia capacidade de endividamento*”, mas o que é certo é que logo a seguir o atual Presidente da Câmara pediu um empréstimo de curto prazo de 800.000,00€ (oitocentos mil euros), o que o levam a pensar se existia ou não capacidade de endividamento. Mais referiu que nunca negaram que havia problemas de tesouraria, de curto prazo. Reestruturaram a dívida para médio e longo prazo, aliás para médio prazo, muito bem, foi uma boa atitude, uma boa atitude de gerência, mas é só isso. Então não é que o PS só deixou coisas más, até tiveram de contrair um empréstimo para pagar aos trabalhadores, esquecendo-se de dizer que existiam 5.185.626,00€ (cinco milhões cento e oitenta e cinco mil seiscientos e vinte e seis euros) por receber a 30/10/2009. O Dr. José Luís Serra por acaso era conhecido a nível Distrital por ser um autarca modelo, mas ainda não ouviu dizer que esta Câmara tenha um autarca modelo do PSD. Ninguém faz milagres, vai-se gerindo de acordo com as opções políticas que cada um faz. A opção política PS assenta na aposta na área social e é ridícula a importância que é destinada para esse fim. Termos em que o Partido Socialista vota politicamente o relatório de gestão e contas de 2018, com rejeição. _____

Relativamente à primeira revisão ao orçamento e grandes opções do plano, mencionou que afinal a previsão que tanto apregoam não é real, porque em finais de abril já existe uma revisão do orçamento, ou seja, não preveem nada e como tal, previsão no orçamento. _____

- **O Membro Sr. Alberto Vilas** referiu que cada qual toma as suas decisões, e toma o caminho que muito bem entender, as contas de gerência não são um instrumento de opções estratégica, logo não é um

instrumento político, é um instrumento técnico, que reverte aquilo que aconteceu durante 1 ano, em termos contabilísticos, dentro do município neste caso. No orçamento é que podem verter as estratégias e opções políticas e em que investimento afetar as rubricas. O Relatório de contas verte as receitas e despesas que foram realizadas ao longo do ano, não é opção política. Foi referido que o investimento do Município teve que fazer para a remodelação da escola do Agrupamento Muralhas do Minho vale pouco, mas o que é certo é que trata de acima dos 450.000,00€, dando a sensação que é fácil arranjar tal quantia. O Município poderia ter avançado para outras obras mas optou pela área da educação. Obra prometida noutros mandatos que não passou dos cartazes e dos folhetos a dizer “Escola secundária, vai avançar”. Pois é, é agora que ela está a ser avançada, é agora que ela está a ser construída. Ironicamente mencionou que o Estado, o Ministério da Educação cujo principal objetivo é velar pelo interesse dos nossos jovens, fez um grande investimento nesta escola, 175.000,00€ comparativamente aquele que fez a autarquia, 450.000,00€ o qual, conforme foi dito, para alguns parece ser pouco. Às vezes é necessário admitir e reconhecer o mérito a quem o tem, e sobretudo quando muito se promete e depois pouco se cumpre. Pela primeira vez foi aqui dito que lá atrás havia problemas de tesouraria, não se recorda de já ter ouvido falar nisto. Já ouviu várias vezes falar na famosa grelha dos 5.000.000,00€ de subsídios que estavam para vir, mais vale tarde do que nunca, reconhecer que existiu. Felizmente, há uns anos a esta parte tal não tem existido dificuldades financeiras. Em relação ao facto de o anterior autarca, José Luís Serra, ter sido considerado um autarca modelo, a realidade é que a população não o voltou a eleger. Teve opção de escolher, e quando teve a opção de escolher, quando decidiu, decidiu por outro autarca que parece que ainda hoje não é modelo, mas continua a ter a preferência do povo, continua a ter a vantagem do povo e a acreditar que aquilo que está a ser feito é para o bem da população e a população reconhece-o. _____

Por último, a conta de gerência foi executada em 87%, ou seja, o orçamento, o plano de atividades que foi projetado em outubro de 2017, que se traduz em capacidade de execução. _____

Seguidamente, o **Membro Sr. José Nogueira** solicitou a palavra para questionar ao orador anterior quem construiu o Centro Escolar de Friestas, o Centro Escolar de Valença, o Centro Escolar de Paços, Jardim de Infância de Bogim, tendo-se reportado apenas ao ano 2009. Questionou ainda quem adjudicou o Centro Escolar de Friestas por 723.167,00€, Centro Escolar de Valença por 2.300.000,00€, Centro Escolar de Paços por 729.604,00€, o Jardim de Infância de Bogim por 354.788,00€, assim como, quem teve subsídios aprovados no valor de 502.039,00€, 1.337.925,00€, 343.080,00€, assim como o jardim de infância de Bogim foi totalmente suportado pela Câmara Municipal de Valença de então. De tudo isto, os subsídios recebidos foram de apenas de 159.726,00€, 1.400.964,00€ e 138.851,00€. Pelo exposto, verifica-se que o PS investiu mais na Educação a não ser que queira somar números, ou será que quer retirar o que acabou de referir de que só o PSD é que fez alguma coisa pela educação. Os edifícios, pelo menos os que acabou de referir, não se movem, nem saem do sítio. _____

Terminadas as intervenções, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal**, na qualidade de membro do órgão, começou por referir que todos sabem quem fez todas as obras que elencou o orador antecedente, a folha que trazia parecia-lhe ser a mesma do costume, e quem era o Presidente da Câmara na altura.

Portanto pergunta retórica. A segunda pergunta era se retirava alguma coisa do que disse, nomeadamente de que só o PSD é que apostou na educação, contudo frisou que não fez essa afirmação. Voltou a repetir que o investimento que está a ser feito estes dias, na escola secundária, no Agrupamento Muralhas do Minho já foi anunciado aqui nesse tempo, por uma Vereadora, é público. _____

De seguida passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara** que passou a referir que 2009, o Município não tinha capacidade de endividamento, já tínhamos ultrapassado o limite do endividamento. E na altura, dadas as circunstâncias, foi necessário pedir um empréstimo de emergência de curto prazo a liquidar até 31 de dezembro, para pagar os salários em novembro. Conseguiu pagar o empréstimo no prazo estipulado porque acordou com a empresa, que na altura fazia a recolha do lixo, em começar a pagar-lhe a dívida que já ultrapassa os 2.000.000,00€ a partir de em maio de 2010, altura do recebimento das verbas arrecadadas do IMI. Em suma, durante dois meses mais nada foi possível fazer senão economizar para liquidar o empréstimo de emergência. _____

Prosseguindo, referiu que no orçamento apenas pode estar aquilo que legalmente estiver suportado em documentos, como o saldo de gerência é algo que vai acontecer e apesar de fazerem uma previsão não podem incluir no orçamento, a DGAL não aceita. Como também não aceita as vendas virtuais de património que se faziam no passado quando não havia mais receita para equilibrar o orçamento. Atualmente tem de existir contratos-promessa de compra e venda, assinados, para alocarem a receita ao orçamento. Por isso é que o Município de Valença e outros tiveram que recorrer ao Fundo de Apoio Municipal. Valença reduziu o FAM, porque já liquidou 200.000,00€, e não porque o tivesse recebido do Estado. Todos os anos é colocada a quota parte do Município Valença no Fundo de Apoio Municipal para um fundo nacional, que neste momento está a ser usado por outros municípios que estão em desequilíbrio financeiro. _____

O Município de Valença tem atualmente 31 candidaturas aprovadas, algumas delas já em execução, com um investimento global de 8.000.000,00€, com apoios comunitários de 4.000.000€. Portanto se terminasse hoje funções, o meu sucessor também iria receber os mencionados fundos comunitários. Mas não se trata de dinheiro líquido, vai ter de gastar 8.000.000,00€ para ir buscar 4.000.000,00€, à semelhança do que lhe sucedeu quando tomou posse em 2009, ou seja, para receber 5.000.000,00€ o Município teve de investir primeiramente para receber a comparticipação dessa verba. _____

Quando há pouco falaram do esforço do Município na altura, no Parque Escolar, a realidade é que se traduziu numa derrapagem orçamental, nalgumas obras, muito complicada. Graças à CIM Alto Minho da época e ao Governo numa reunião que tiveram em Ponte de Lima, foi possível solicitar a reprogramação, de forma a majorarem as verbas da educação e felizmente no *overbooking* de então, na reprogramação, em vez de ser para novos investimentos foi para os já concretizados que comparticiparam quase 100% e foi possível sanar o défice que existia. O de Valença teve duas fases, a primeira fase correu muito bem, a segunda não havia verba. Estão cá os técnicos que se lembram disso, e depois as peripécias que tivemos de dar, como eram salas que não eram novas não tinham o mesmo montante de investimento por sala, e era uma diferença colossal, quando basicamente quem se lembra da obra, aquilo ficou tudo escancarado, só ficaram os pilares do escola velha. Valia mais ter demolido aquilo tudo, tinha ficado mais barato à

Câmara demolir tudo e fazer de novo do que readaptar com o financiamento que havia na altura. Felizmente também na época houve o bom senso de equiparar a obra nova, dado que o nível de recuperação foi superior a 50%, para ir buscar a verba quase toda, senão tinha sido muito mais complicada a gestão financeira da época. E, portanto, aqui não há milagres, mas também há sensatez, bom senso, e aproveitar as oportunidades, umas estão previstas, são previsíveis, outras não. Na atual reprogramação existe mais verba para a requalificação urbana, o que lhes vai permitir nesta obra da quarta fase da Fortaleza aplicar os 400.000,00€ que irão receber em naquilo que fizer falta. _____

Seguidamente, foi solicitado pelo Membro Sr. José Nogueira **um esclarecimento ao orador anterior.** _

- O **Membro Sr. José Nogueira** questionou o Sr. Presidente da Câmara se a 30 de outubro de 2009 não existia obra e 5.185.626,00€ por receber, assim como, as obras iniciadas na Cidade Nova ainda não tinham sido faturadas e já existia um subsídio aprovado no valor de 1.031.902,00€. Mais questionou relativamente à terceira fase cujo valor de adjudicação foi de 2.208.956,00€, se existia subsídio aprovado ou não no valor de 1.546.269,00€ e de obras ainda nem sequer iniciadas, pavimentação de Santa Luzia, pavimentações de Friestas e Ganfei, pavimentação da Estrada Nacional 101, e vários núcleos em Valença. Tudo isto a somar a 71.379,00€, 118.883,00€, 180.583,00€, 98.727,00€, que o executivo anterior fez candidaturas, se viu o subsídio aprovado e ainda se a requalificação da Cidade Nova e a terceira fase da Fortaleza estavam ou não financiadas a 100%, quer pelo subsídio comunitário, quer pelo empréstimo disponível, se havia ou não um empréstimo visado pelo Tribunal de Contas, disponível, no valor de 1.000.000,00€, se havia ou não 500.000,00€ que restavam receber do Quadro Comunitário de Apoio anterior, se a dívida a fornecedores, cujas faturas estavam conferidas a 30 de outubro, foram ou não todas pagas a 90 dias. É importante que se responda a tudo isto. Estes dados estatísticos foram compilados de dados e elementos existentes aqui na Câmara Municipal, pelo que questionou se estariam errados. _____

Perante o pedido de esclarecimento, o **Sr. Presidente da Câmara** começou por lhe dizer que as contas de 2009 foram aprovadas e recordou que o ano fechou com uma dívida a fornecedores, de curto prazo, de 6.500.000,00€, nos quais não estavam contabilizadas as obras que iam ser lançadas para receber os subsídios, como já o referiu por diversas vezes em sede deste órgão. Entre a dívida e as derrapagens orçamentais, no valor de 400.000,00€, das obras em curso, como sendo a da Cidade Nova, e ainda a falta inclusão do saneamento e águas pluviais na candidatura, foi necessário um grande investimento para a respetiva execução da obra, cuja participação só foi recebida a posteriori. _____

Finalizadas as intervenções, **a Assembleia Municipal** apreciou e aprovou, **por maioria**, o Relatório de Contas e Gestão de 2018 num universo de **23** membros, dos quais **4 (quatro) votos contra**, dos Membros Srs. José Nogueira, Óscar Silva, Benvinda Gonzalez e Vasco Oliveira e **1 (uma) abstenção** do membro Sra. Cláudia Labrujó. _____

Mais foi deliberado, por unanimidade, não transcrever em ata os aludidos documentos, pelo que, depois de rubricados pelos respetivos Membros, ficam arquivados na pasta anexa a este livro de atas, nos termos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALENÇA – SESSÃO ORDINÁRIA DE 30 DE ABRIL DE 2019
do artigo 5º do Decreto – lei nº 45.362 de 21 de novembro de 1963, na redação que lhe foi dada pelo
Decreto – Lei nº 334/82 de 19 de agosto. _____

Colocada 1ª revisão orçamental a votação, a Assembleia Municipal atenta à proposta apresentada pela
Câmara Municipal e face à informação que, acerca do assunto, foi prestada pelo Chefe de Divisão
Financeira, deliberou, **por maioria**, num universo de **23 membros**, dos quais **4 (quatro) votos contra**,
dos Membros Srs. José Nogueira, Óscar Silva, Benvinda Gonzalez e Vasco Oliveira e 1 (uma) abstenção
do membro Sra. Cláudia Labrujó, **aprovar a 1ª revisão ao orçamento e grandes opções do Plano para
2019**. _____

PONTO 4º- CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Por deliberação da Câmara Municipal, tomada em sua reunião de 18 de abril corrente, foi presente a
proposta de constituição do Conselho Municipal de Educação de acordo com as disposições do artigo
57.º do Decreto – Lei n.º 21/2019. _____

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura de inscrições ao ponto em apreço,
tendo-se inscritos os Membros Srs. Óscar Silva e Paula Natal. _____

- **O Membro Sr. Óscar Silva** colocou a questão de se na proposta que lhes foi enviada para a
constituição do Conselho Municipal de Educação existir a mesma Prof. Maria Manuela Pereira Alves
como representante do pessoal docente do ensino básico público e também como representante pessoal
do centro de educação pré-escolar pública, existiria algum lapso ou se esta pessoa representa realmente
estas 2 entidades diferentes, e nesse caso se tem direito a 2 votos, porque quer dizer não faz sentido que
uma pessoa tenha direito a 2 votos num mesmo conselho. E depois também tenho aqui como
representante dos estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário privados, 2 representantes
da ETAP, a Dra. Angelina Pureza e o Dr. Jorge Humberto Ribeiro, o motivo pelo qual tem 2 elementos a
representar a mesma entidade. Seria pertinente que o Sr. Presidente da Câmara esclarecesse estas
questões, para depois votarem em conformidade. _____

O Sr. Presidente da Câmara Municipal respondeu que os critérios de seleção das pessoas não são do
Município, mas sim das respetivas entidades que indicam um ou mais representantes, conforme a
necessidade que tenham de ser substituídos, em caso de falta ou impedimento. _____

- **O Membro Sr. Óscar Silva referiu** que o grupo municipal do Partido Socialista após este
esclarecimento votará a favor desta proposta de constituição do Conselho Municipal de Educação. No
entanto, recordaram a insistência do Partido Socialista nos órgãos autárquicos para a urgência da
constituição e do funcionamento deste Conselho Municipal, que é o órgão por excelência ou deve ser
para a discussão, definição e operacionalização das políticas educativas municipais, sendo que
apresentaram na altura uma proposta com esse intuito em sede de Assembleia Municipal. Desejam que o
Conselho Municipal de Educação reúna realmente e com a periodicidade estipulada, assim como, desejou
um excelente mandato aos elementos designados. _____

- O **Membro Sra Paula Natal** relativamente a este ponto n.º 4 e uma vez que pelo Sr. Presidente da Câmara já foi adiantado tudo aquilo que se sabe e aquilo que se tem conhecimento, apenas salientou que como a constituição do Conselho Municipal de Educação decorre de disposições legais, o seu grupo iria votar favoravelmente. _____

Todos os membros prescindiram do uso da palavra na segunda ronda de intervenções. _____

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** foi esclarecido que aquilo que se encontra a votação é a constituição do Conselho Municipal de Educação e não a eleição de cada um dos representantes para as diversas entidades com representação no mesmo. A indicação de representantes é feita por cada uma das entidades previstas no diploma que rege o referido Conselho Municipal. _____

Perante esta intervenção, o **Membro Sr. José Nogueira** referiu que seguindo essa linha de raciocínio não precisariam de votar. O Decreto-Lei refere que este Conselho é composto por entidades entre elas o Sr. Presidente da Câmara, Sr. Presidente da Assembleia, o Vereador responsável pela Educação, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, o representante do Departamento Governamental responsável pela área da Educação, a designar, o representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional respetiva, os Diretores de Agrupamento, um Representante das Instituições, etc, colocando-se, em relação às instituições, qual e que representante de instituições, se de ensino superior privado e qual, etc . Atento a que irão votar pessoas em concreto, a votação deveria ser por escrutínio secreto e se o Sr. Presidente da Assembleia Municipal assim não o fizer terá que assumir, uma vez que estão em votação qualidades das pessoas. A legalidade deve ser cumprida, não se deve entrar em facilitismo. Esta é a sua opinião, contudo cabe à mesa decidir. _____

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** mencionou que apesar de estarem munidos de mais informação do que aquela que seria necessária para esta votação, sabem quem está a representar determinadas instituições e determinados órgãos, já estão identificados, é consenso geral e entendimento da Mesa que o que está em causa é a constituição do Conselho Municipal de Educação em Valença e não as pessoas que foram indicadas pelas diversas entidades que o integram, e portanto não lhes proporciona uma competência que não lhes assiste. _____

Terminadas as intervenções e os respetivos esclarecimentos, colocou o ponto 4 a votação, tendo sido, num universo de **23 membros** da Assembleia Municipal aprovado, **por unanimidade**, a constituição do Conselho Municipal de Educação. _____

Com esta contextualização e terminados os trabalhos da presente sessão o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** solicitou ao Primeiro Secretário a leitura da **ata em minuta** relativa à ordem de trabalhos da presente sessão que, finda a mesma foi colocada à votação, tendo sido, num universo de 23 (vinte e três) **Membros** aprovada **por unanimidade**. _____

Os trabalhos da sessão encerrados quando eram 18h50m. _____

Para constar e para os devidos efeitos legais se lavrou a presente ata composta por vinte e sete páginas, a

qual vai ser assinada pelo Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** e pelo Assistente Técnico que a redigiu. _____

Apoio à Assembleia Municipal O Assistente Técnico,	Assembleia Municipal de Valença O Presidente,
_____	_____
Elisabete Guerreiro Dias Esteves	Alberto Luís de Oliveira Vilas